

OCTAVIO IANNI: DA METAMORFOSE DO POVO À DEMOCRACIA POPULAR

Jeanne Gomes de BRITO¹

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória intelectual do sociólogo Octavio Ianni, em especial o momento em que Ianni esteve na Faculdade de Ciências e Letras da USP (década de 1950 até 1969), a fim de analisar os estudos da UNESCO; do grupo “d'O Capital”; os trabalhos em torno do CESIT e a sua participação na Revista *Civilização Brasileira*. Com isso, resgataremos a discussão da democracia presente em outras temáticas tais como a questão étnica; a relação entre o Estado e a sociedade; e os temas referentes à classe operária.

Palavras-Chave: Octavio Ianni; pensamento político; relações raciais; Estado e sociedade civil; populismo; industrialização.

Abstract: This article analyses the Octavio Ianni's intellectual trajectory, specially the period that Ianni stayed on Faculdade de Ciências e Letras da USP (decade 1950 until 1969), in order to analyzer the studies of UNESCO; the “Capital group”; the works around CESIT and your partnership in Revista *Civilização Brasileira*. Then, we situate the discussion about democracy whose presence is in others thematics, organized by Ianni, like the ethnic question; the relation between State and society; and the themes with regard to working class.

Keywords: Octavio Ianni; politic thought; relations races; State and civil society; populism; industrialization.

Introdução

Tendo em vista a importância da trajetória intelectual do sociólogo Octavio Ianni para os estudos das Ciências Sociais e para o pensamento político e

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

social brasileiro, nos chama a atenção a investigação acerca da democracia em suas obras, na medida em que esta se liga ao que Ianni caracteriza como a metamorfose do povo² em cidadão.

Havendo poucas obras de Ianni que tratem da democracia como tema central³, será necessário buscar a discussão a respeito desta nos trabalhos do autor através do resgate de outros temas, como, por exemplo, a questão étnica, a relação entre Estado e sociedade civil e aqueles concernentes à classe operária.

Desse modo, faremos uma pesquisa bibliográfica capaz de abranger a trajetória do autor, o período tratado e conceitos desenvolvidos pelo autor -- como povo, classe subalterna, populismo, hegemonia, consciência de classe, homem comum, pluralidade -- para uma melhor análise das temáticas referidas. Nesse sentido, procuraremos compreender a trajetória intelectual de Ianni e o reflexo de seu pensamento na inovação dos estudos das Ciências Humanas em geral e no pensamento e práticas políticas.

Octavio Ianni e a sua trajetória intelectual na USP

A reflexão sociológica caminha, indubitavelmente, pela busca de se interpretar o país sob diversos ângulos. Tal assertiva traz à cena a necessidade de se compreender a constituição das idéias sociológicas, requerendo, portanto, um estudo do lugar social⁴ dos intelectuais.

Dessa forma, é importante serem analisadas as contingências que encaminham as escolhas dos sujeitos, ou seja, os fatores (acadêmicos, históricos, políticos, pessoais e sociais) que foram decisivos ao ponto de determinarem os rumos de sua trajetória.

Dentro desta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o pensamento político-social do sociólogo Octavio Ianni -- percebendo

² Refere-se à classe subalterna, que consiste em: trabalhadores assalariados, isto é, operários, camponeses, empregados de empresas privadas, funcionários de órgãos públicos, estudantes, intelectuais, ou índios, caboclos, negros, mulatos e brancos de diferentes etnias. Ver: *A Idéia de Brasil Moderno*, 1992, de Octavio Ianni.

³ Dentre elas podemos citar *O ABC da Classe Operária*, 1980.

⁴ Este não é um lugar estritamente espacial, como no caso de Octavio Ianni é a USP, mas está ligado às idéias sociológicas, ou seja, às tendências temáticas, às orientações teóricas e, também, refere-se ao momento histórico, que, por conseguinte, influencia sobre a forma de se interpretar o país. Em outras palavras, trata-se da idéia de escola, que, obviamente, deve ser mediada levando em consideração as diversidades e, às vezes, até divergências entre os intelectuais de um determinado grupo, mas, muitas vezes, existe uma unidade interna entre eles que os identifica e os agrega.

as metamorfoses ocorridas com a sua trajetória, as metamorfoses do seu olhar sociológico, no que diz respeito à metodologia e aos temas por ele analisados e as metamorfoses relativas aos processos históricos e sociológicos do Brasil – e com isso devemos investigar o período de gestação e solidificação da obra de Ianni.

Destarte, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP é o *locus* referencial de seus primeiros estudos, nesse sentido, nosso trabalho abrange meados dos anos cinquenta, quando Ianni defende sua Dissertação de Mestrado⁵, até 1969, momento em que aconteceram as aposentadorias compulsórias devido à truculenta decisão política do então presidente da república Costa e Silva. Portanto, é propriamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde se fundamenta o seu talento para a tarefa de professor, se germina a sua vocação científica e se estreitam os laços interpessoais.

Nessa linha, destacamos a importante presença de seu orientador, o sociólogo Florestan Fernandes, que ao agregar em torno da Cadeira I de Sociologia uma sólida gama de pesquisadores, buscava a consolidação institucional da Sociologia, enquanto refletia acerca das condições do espaço e da ampliação do papel do profissional das Ciências Sociais.

Sobretudo, seus assistentes (Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Franco e Renato Jardim Moreira) estavam imbuídos pelo ecletismo das tradições teóricas⁶ marcadas em Florestan e nutridos pelas mesmas formações e matrizes teóricas, fato que lhes conferia uma identidade de grupo, ou seja, lhes caracterizava enquanto “escola uspiana”.

Portanto, na busca de se diferenciar de autores considerados por eles como autodidatas, estabeleciam os limites do que deveria ser considerada ciência. Por isso, tinham a necessidade de adequar os estudos sociológicos a um padrão de rigor teórico-metodológico e manter uma linguagem hermética que se pauta na justificativa de alicerçar e institucionalizar a Sociologia nacional no cânone universitário, tendo como horizonte o modelo científico da Sociologia

⁵ *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis*, 1957.

⁶ No que diz respeito às orientações metodológicas deste grupo de intelectuais. Florestan Fernandes foi essencial, levando ao debate a contribuição dos fundadores das Ciências Sociais – Marx, Weber e Durkheim – e de autores críticos à contemporaneidade, a exemplo de Lukács, Sartre, Mannheim e Goldman. Sobretudo, faz-se necessário ressaltar também o surgimento de um marxismo universitário, estimulado pela geração de seus assistentes de pesquisa que acaba por configurar uma renovação do pensamento crítico. Ver: Lahuerta. (1999).

estrangeira, a exemplo da francesa, norte-americana e alemã. Assim, esses intelectuais pretendiam romper com a tradição ensaística do século XIX que perdurava até meados dos anos 50, sendo este o momento que se inicia a inflexão das pesquisas sociológicas.

As pesquisas pertinentes às relações raciais no Brasil, entre negros e brancos, foram incentivadas pela tentativa mundial da UNESCO de contornar a atmosfera tensionada, resultante da II Guerra Mundial, nas esferas étnicas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma, este órgão encomenda uma pesquisa sobre a situação racial no Brasil e Roger Bastide fica responsável para pesquisar sobre a questão racial na cidade de São Paulo e, por sua vez, este convida Florestan Fernandes para participar do projeto “O Preconceito Racial em São Paulo”.

Nesta perspectiva, são produzidos vários trabalhos a respeito das relações raciais no Brasil. Dentre eles podemos destacar a Dissertação de Mestrado de Octavio Ianni *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis* (1957) e o livro elaborado em co-autoria com Fernando Henrique Cardoso *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. (1960). Nesses estudos, os autores fazem uso de algumas técnicas utilizadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide, a exemplo da aplicação de questionário, recurso bastante comum nesse tipo de pesquisa etnográfica.

Em 1958, os assistentes de Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, juntamente a Ruth Cardoso, Paul Singer, Arthur Giannotti e Fernando Novais, além de alguns estudantes, fundam o grupo de estudos d’ O Capital, com vistas a inaugurar um marxismo acadêmico que se diferenciasse, portanto, das análises estruturalistas presentes no ISEB, na CEPAL, no PCB.

Fundamentado no viés analítico da dialética marxista, Ianni defende, em 1960, sua Tese de Doutorado *Negros na Sociedade de Castas*, publicada em 1961 sob o título *As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*.

Notadamente, em fins dos anos 50 ocorre uma nítida expansão da cadeira I de Sociologia, verificada na ampliação de sua relação com a FAPESP e com as editoras (Difusão Européia do Livro, Martins, Nacional, Pioneira), o que facilitaria a divulgação de seus trabalhos.

Nessa esteira, ocorre a fundação do CESIT (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), em 1962, cujos recursos para a sua criação

adivinham do governo do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, e, posteriormente da Confederação das Indústrias de São Paulo (CNI) e da FAPESP.

A implantação do projeto do CESIT em torno da cadeira I de Sociologia implicou na consolidação institucional, na diversificação das atividades e na reorientação da temática do grupo de assistentes dirigidos por Florestan, na medida em que a tônica de seus estudos passava a ser o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil moderno e os efeitos da industrialização de São Paulo, marcando a emergência de uma espécie de Sociologia crítica. (ARRUDA, 1995).

Expressivos desta guinada, são os livros de Octavio Ianni nos quais ele analisa os aspectos políticos e econômicos presentes na relação entre o Estado e a sociedade civil, nos referimos a *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963) e a sua Tese de Cátedra *O Estado e o Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), denominada após a sua publicação, em 1965, de *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização*.

O regime político-militar instaurado em 1964, inegavelmente, transforma os rumos da vivência política brasileira que se tentava fazer democrática, o que de súbito altera o meio universitário no que diz respeito a sua estrutura e a maneira como cada componente, ou grupo, vai refletir e/ou agir diante da realidade constituída, aderindo ou combatendo o governo.

Logo após a conflagração do golpe de 1964, a primeira geração do grupo de Seminário sobre Marx se dissolve e Octavio Ianni é convidado a participar da Revista *Civilização Brasileira*⁷ em 1965, fazendo parte do Conselho de Redação até 1968, quando a revista é fechada em virtude do AI-5. Em 1969, Ianni, juntamente com outros professores, é aposentado compulsoriamente pelo regime militar e neste momento se integra com alguns ex-membros do Grupo de Seminário e outros pesquisadores no CEBRAP⁸ (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), dirigido por Fernando Henrique Cardoso e que se inicia com incentivos da Fundação Ford e posteriormente da FAPESP e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

⁷ De acordo com Carlos Guilherme Mota a revista foi “[...] um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XX[...]” (MOTA, 2000, p. 205).

⁸ Posteriormente o CEBRAP tornou-se uma referência para os intelectuais de oposição, quebrando com a relação puramente acadêmica e projetando-os internacionalmente. (LAHUERTA, 1999).

Os estudos da UNESCO acerca da questão racial

As pesquisas pertinentes às relações raciais no Brasil, entre negros e brancos, foram incentivadas pela tentativa mundial da UNESCO de contornar a atmosfera tensionada, resultante da II Guerra Mundial, nas esferas étnicas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma, este órgão encomenda uma pesquisa sobre a situação racial na cidade de São Paulo para Roger Bastide que convida Florestan Fernandes para participar do projeto “O Preconceito Racial em São Paulo”.

Nesta perspectiva, surgem vários trabalhos a respeito das relações raciais no Brasil, dentre eles podemos destacar a Dissertação de Mestrado de Octavio Ianni *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis* (1957) e o seu livro elaborado em co-autoria com Fernando Henrique Cardoso *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* (1960). Nestes estudos os autores fazem uso de algumas técnicas utilizadas por Florestan e Bastide, a exemplo da aplicação de questionário, recurso bastante comum nesse tipo de pesquisa etnográfica.

Em nossa leitura, neste segundo livro, Ianni trabalha com a premissa de que a discriminação é determinada pela situação econômica e, nesse viés, o preconceito de cor pode ser apresentado como preconceito de classe. Dessa forma, ele realiza uma importante discussão em torno da ideologia do branco, do negro e do mulato, ideologia esta cuja natureza está imbuída pela essência do mito da branquidade.

O mito da branquidade consiste, em poucas linhas, na luta pelo “melhoramento” da raça, em outras palavras, podemos traduzir esse termo por “branqueamento”. Então, negros e mulatos buscavam a ascensão social e econômica, o que poderia trazer-lhes a oportunidade de clarear a raça, por meio da miscigenação.⁹

A coexistência do desenvolvimento de uma sociedade industrial pautada numa ordem social competitiva com a permanência de valores e padrões culturais do passado escravocrata se tornava o *no górdio* para esses intelectuais que estavam vivendo num período de democratização do país.

⁹ Sabemos que esses acontecimentos não se realizam de forma automática, pois estão inseridos numa formação histórica que envolve ações sociais complexas, como foi o processo de desagregação da ordem social-escravocrata. E, obviamente, não pretendemos fazer uma leitura simplista da obra do autor.

Aliado a esse e também a outros fatores (que não tratamos), Octavio Ianni elabora sua Tese de Doutorado *Negros na sociedade de castas* (1961), que passa a se chamar *Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*, após a sua publicação pela editora Difel. Nesta obra o autor faz uma análise, como bem assinala o subtítulo do livro, do período concernente ao apogeu e à crise da escravatura no Brasil meridional.

Com isso, Ianni investiga as transformações econômicas responsáveis pelo processo de desagregação da ordem escravocrata, que, por sua vez, também influenciaram na metamorfose do escravo em negro e mulato. Contudo, a sua cidadania ainda não podia ser vivenciada de forma plena, pois a discriminação, que era um mecanismo de manutenção da distância social que foi gerada no regime escravocrata entre brancos e negros, ainda não havia sido dissolvida, e, portanto, o negro e o mulato eram vistos ainda como ex-escravos.

Neste trabalho, o autor está claramente se contrapondo à tradição de pesquisa do século XIX, influenciada por cientistas europeus que, baseados no darwinismo, atribuíam ao negro uma posição de inferioridade biológica, o que lhes faziam assegurar que a mestiçagem era algo maléfico para a etnicidade branca. (MARTÍNEZ-EÇHAZÁBAL, 1996). Neste sentido, Ianni aponta a visão etnocêntrica de Raymundo Nina Rodrigues, denominando-o de ideólogo, na medida em que este fazia uso da ciência para fundamentar sua ideologia racista.

Todavia, Ianni também se contrapõe à vertente analítica da antropologia culturalista boasiana, tendo, a partir da década de 30, Gilberto Freyre como a figura emblemática. Nestes estudos a mestiçagem era percebida como um fator positivo, na medida em que era um elemento fundante e favoravelmente diferenciador.

Dessa maneira, era propalado o mito da democracia racial por meio das análises culturalistas, tendo em vista que tais análises consideravam a aceitação dos elementos culturais africanos e a alforria como concessões do patriarcalismo e como algo propulsor do avanço da democracia no Brasil. Contrariamente a essas posições, Ianni pensa que tais “concessões” apenas reforçavam o paternalismo e dificultavam os negros de definirem sua identidade, pois, após a abolição eles ainda eram parte de uma categoria social à margem, não estando integrados nem política nem economicamente. (BASTOS, 1996).

Do ponto de vista teórico-metodológico, Octavio Ianni está alicerçado na análise dialética do materialismo-histórico. Dessa forma, demonstra a

importância da ordem social escravocrata para a acumulação de riqueza do então sistema capitalista que passa a solapar o regime escravocrata na medida em que ele se expande a ponto de transformar os meios de produção. Em outras palavras, a força humana escrava passa a ser substituída por instrumentos de trabalho mais eficazes e por uma quantidade menor e menos dispendiosa de trabalhadores livres.

Neste sentido, o autor analisa os elementos de singularidade que vão configurando a metamorfose do escravo em negro e mulato, negando, assim, as análises dualistas que os colocam numa categoria de marginalidade e, a exemplo de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, que dividem o Brasil em dois mundos heterogêneos e subordinados, como bem assinala Maria Lúcia Braga acerca da crítica de Bastide a essas interpretações.

A experiência no grupo de estudos “O Capital”

Em 1958, jovens intelectuais – os sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, o então estudante de história Fernando Novais, o filósofo José Arthur Giannotti, o economista Paul Israel Singer e a antropóloga Ruth Cardoso – formam o grupo de estudos interdisciplinar denominado “O Capital”, com o objetivo principal de constituir um olhar crítico e científico superior no âmbito acadêmico da USP. Nesse sentido, a escolha da obra clássica de Karl Marx se daria pelo fato desta fornecer instrumentos importantes para a compreensão da singularidade sócio-política do Brasil. (SCHWARZ, 1998).

Por essa razão, inauguravam uma “nova maneira de compreender Marx”, ou seja: “ ‘Nova’ em relação ao marxismo oficial adotado pela maioria dos partidos comunistas, ‘nova’ por estar longe da relação teoria / prática, ‘nova’, pois se inseria na universidade [...]” (SILVA, 1997, p. 72)

No cenário internacional, configuram-se tribulações geradas pelos acontecimentos na União Soviética – com a morte de Stálin em 1953 – e na América Latina com a Revolução Cubana (1959), que se tornavam referências para as análises e ações dos partidos comunistas, o que na ótica dos intelectuais paulistas conferiam-lhes um dogmatismo.

No âmbito nacional, o país vivia o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, cujas propostas políticas estavam respaldadas pela implementação de um modelo desenvolvimentista. Dessa forma, o Brasil ganhava tons de um

país moderno na tentativa de solapar o atraso que o distanciava dos países de capitalismo avançado. (SCHWARZ, 1998).

Além disso, num contexto imediato, esses intelectuais procuravam dialogar com a produção científica vigente e, com isso, em fins dos anos cinquenta e início dos sessenta, os principais alvos de crítica eram os estudos metodológicos da corrente estrutural-funcionalista. E, posteriormente, da década de setenta, refutaram o althusserianismo. Desse modo, tanto Ianni, como José Arthur Giannotti e Fernando Henrique Cardoso, procuram:

[...]relacionar categorias marxistas (modo de produção, classes sociais, força de trabalho, consciência de classe) ao referencial conceitual weberiano (ação social, conexão de sentido, racionalização, etc.). Em outras palavras, tentou-se uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, tendo como parâmetro um referencial histórico-estrutural, ao lado de uma referência sobre a subjetividade (consciência social) [...] (SILVA, 1997, p. 72-3)

Em outras palavras, Octavio Ianni ao analisar a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e a sua transição para uma ordem social competitiva se utiliza dos referenciais marxistas. Por outro lado, ao se tratar da sociedade senhorial escravocrata e de sua organização estamental, está alicerçado na vertente analítica weberiana. (VIANNA, 1999). Assim, de acordo com Luiz Werneck Vianna, podemos afirmar que da abordagem weberiana faz surgir : teoria do populismo.

Dessa forma, o grupo “d’O Capital” se contrapunha às concepções sobre o subdesenvolvimento elaboradas pelo Centro de Estudos Para a América Latina (CEPAL), que estavam influenciadas pelo método estrutural funcionalista. Superficialmente podemos dizer que se posicionava contra a tese de que a estrutura produtiva agro-exportadora colocava os países periféricos em desvantagens em relação aos países centrais, assim, para que esta situação fosse superada deveria haver um projeto nacional autônomo no qual o Estado, aliado à burguesia industrial, incentivasse o mercado interno e o desenvolvimento industrial a fim de elevar o nível de vida das massas e romper com a dependência externa. Essa linha de pensamento vai ao encontro das teses do PCB, com base no programa da III Internacional, que apostava na revolução democrático-burguesa como meio de os países periféricos chegarem ao socialismo.

Também refutava com veemência o nacionalismo teórico do ISEB. Um dos pontos de discordância é o fato de que, na análise de alguns membros

desse órgão, a principal contradição não se encontrava no antagonismo de classes e sim na contradição entre a nação – que compreende a burguesia nacional, intelectuais, operariado e estudantes – e a anti-nação – sinônimo de imperialismo, latifúndio, direita militar, etc.

Neste viés, a concepção dualista, a exemplo das análises de alguns membros do ISEB, passa a ser rechaçada, pois, na visão desses autores, é um tipo de análise a-histórica e mecanicista, na medida em que percebe as desigualdades como coisas antagonicas e não como algo contraditório que está articulado à realidade nacional.

As formulações acerca do Brasil moderno no CESIT

Notadamente, em fins dos anos 50 ocorre uma nítida expansão da cadeira I de Sociologia, verificada na ampliação de sua relação com a FAPESP e com as editoras (Difusão Européia do Livro, Martins, Nacional, Pioneira), o que facilitaria a divulgação de seus trabalhos. Além da fundação do CESIT (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), em 1962, cujos recursos para a sua criação adivinham do governo do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, e, posteriormente da Confederação das Indústrias de São Paulo.

A implantação do projeto do CESIT em torno da cadeira I de Sociologia implicou na consolidação institucional, na diversificação das atividades e na reorientação da temática do grupo de assistentes dirigidos por Florestan, na medida em que a tônica de seus estudos passava a ser o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil moderno e os efeitos da industrialização de São Paulo, marcando a emergência de uma espécie de Sociologia crítica. (ARRUDA, 1995)

A partir de então suas reflexões passariam a girar em torno do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de sua dependência e de sua associação ao capitalismo internacional. A percepção dessa nova realidade criaria questionamentos acerca das interpretações que pensavam a construção de um projeto nacional alavancado pela burguesia industrial brasileira (ARRUDA, 1995). São expressivas desta guinada a obra de Octavio Ianni: *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963) e especialmente a sua Tese de Provimento de Cátedra: *O Estado e o Desenvolvimento Econômico no Brasil*

(1964). Estes trabalhos são frutos do projeto “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”.

Em seu livro *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963), Ianni tem como objetivo central avaliar alguns dos principais problemas sociais que foram gerados pelo desenvolvimento da industrialização num país fortemente agrário como o Brasil, são eles:

[...] a formação da sociedade de classes; os obstáculos e as possibilidades abertas à instalação de formas racionais de organização das atividades produtivas e da administração pública; as manifestações da ideologia empresarial na época de formação da indústria; o nacionalismo; as condições e as expressões da consciência proletária; a proletarização e o radicalismo no comportamento político operário; a crise das instituições tradicionais, com o esgotamento de todas as possibilidades; as perspectivas abertas à reorganização das instituições. [...] (IANNI, 1963, p. 11-2).

O livro *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (1965) – na verdade é a sua tese de cátedra que adquire este nome após a sua publicação – contribuiu para o debate em torno dos conceitos de dualidade e capitalismo de Estado. Nele, o autor analisa a forma como o Estado diversifica e amplia suas atribuições devido à metamorfose do capital que se converte da economia agrícola-exportadora em economia agrário-industrial, encontrando, assim, possibilidades de expandir o mercado interno e transformar as estruturas. Nessa perspectiva, após 1930, o Estado caracteristicamente patriarcal, se transforma em Estado burguês e a industrialização brasileira passa a definir suas estruturas de modo a se associar ao capitalismo internacional, tendo como principal objetivo a consolidação da acumulação capitalista, propiciada pelo dirigismo estatal.

Contextualizando o golpe militar de 1964

O golpe político de 1964 rompe com o fluxo democrático, ocasionando, paradoxalmente, um incremento do debate político nas universidades e o fortalecimento de uma cultura de oposição, sob a hegemonia da esquerda.

Baseada na historiadora Ângela de Castro Gomes, verificamos que a década de 1960 é o ponto de mudanças para os “estudos políticos”, na medida em que os intelectuais, tomados pelo impacto do autoritarismo, passam a escolher temas de análise relativos ao momento em que viviam.

O ambiente acadêmico da Faculdade é marcado pela mudança de temas devido à idéia de “dependência estrutural”. Nesse sentido, buscavam compreender as novas forças da economia externa e das relações sociais internas e, por conseguinte, o que teria levado à instalação do regime militar, fatores estes que, para Octavio Ianni¹⁰ e Francisco C. Weffort, indicavam o fim do fenômeno populista.

Em confronto com o modelo de desenvolvimento econômico autônomo e da política externa independente, o Governo do M. H. A. Castello Branco põe em prática o padrão de interdependência. Trata-se de negar o modelo getuliano, em sua prática e como ideologia [...] (IANNI, 1968, p. 182)

Para Ianni há o rompimento da democracia populista que fundamentava a política de massas, sendo que esta última se organizava durante a transição da economia tradicional para a urbano-industrial. Isto posto, Luiz W. Vianna afirma que Ianni, na mesma direção de Weffort, imputava à classe operária a incapacidade de defender a democracia e as suas conquistas devido ao legado, adquirido com o nacional-populismo, de subordinação à “burguesia nacional”. (VIANNA, 1998)

Assim, o comportamento político das massas seria de subalternidade, consequência do pacto populista que integra categorias antagônicas.

Dentro de seu papel de líder carismático, Vargas, ao estimular o crescimento do setor industrial, vê a necessidade de implementar políticas trabalhistas a fim de amenizar a pauperização crescente e de manter as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. Com isso, abre-se o acesso da camada assalariada nas instituições políticas. Sobretudo, como já foi assinalado, cria-se a política de massas.

Nesse viés, Ianni, ao se utilizar das categorias analíticas de Georg Lukács, afirma que o fato do Estado tomar a frente do desenvolvimento econômico criou-se na consciência do proletariado uma visão reificada do Estado, colocando o aparelho estatal como o objeto e o sujeito da História, isto é, este último passa a ser visto como se fosse um órgão que atendesse a todos os objetivos da classe operária. (IANNI, 1989a).

Essa concepção, característica da burguesia, passa a ser tomada como verdade pela classe operária. Em especial, reflete-se a inexperiência política

¹⁰ Ver: *O Colapso do Populismo no Brasil*, publicado em 1968.

de trabalhadores sem tradição política, cujo “horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões de poder, de liderança e submissão, etc.”... (IANNI, 1968, p. 57)

Concomitante a estas elaborações, pode-se ressaltar a importância de estudos fundamentados numa leitura marxista, – a exemplo de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank – que em boa parte são tributários da derrota da esquerda tradicional em toda a América Latina. Nessas discussões predominava a idéia de que o capitalismo estava condenado à estagnação tendo como única solução o socialismo, portanto, não vislumbravam a possibilidade de desenvolvimento com dependência e ausência de democracia política.

Em congruência às elaborações feitas por Marini e Theotônio estava a posição tomada por Octavio Ianni, pois a situação de desenvolvimento pela qual o país passava era determinada pela dependência estrutural constituída pelas forças políticas da elite dirigente e nesse esteio o golpe de 64 representava a opção pelo capitalismo dependente e associado. Portanto, nas palavras do cientista político Milton Lahuerta, Ianni não acreditava na “[...] possibilidade de desenvolvimento econômico autônomo, sustentado no nacionalismo econômico, numa política externa independente e na política de massas.” (LAHUERTA, 1999, p.102)

Logo após a conflagração do golpe de 1964, o grupo de Seminário sobre Marx se dissolve e Octavio Ianni é convidado a participar da *Revista Civilização Brasileira*¹¹ em 1965, fazendo parte do Conselho de Redação até 1968, quando a revista é fechada em virtude do AI-5. Em 1969, Ianni, juntamente com outros professores, é aposentado compulsoriamente pelo regime militar e neste momento se integra com alguns ex-membros do Grupo de Seminário e outros pesquisadores para fundarem o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que se inicia com incentivos da Fundação Ford e posteriormente da Fapesp e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O CEBRAP torna-se uma referência para os intelectuais de oposição, quebrando com a relação puramente acadêmica e projetando-os internacionalmente. (LAHUERTA, 1999).

¹¹ De acordo com Carlos Guilherme Mota a revista foi “[...] um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XXI...” (2000, p. 205)

Referências

- ARRUDA, M. A N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v.2.
- BASTOS, E. R. Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional. In: CRISPO, R. A.; FALJEIROS, M. L. (Org.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Editora Nacional, 1960. (Brasiliana, 307).
- IANNI, O. **Raça e mobilidade social em Florianópolis**. 1956. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **Negros na sociedade de castas**. 1961. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Retratos do Brasil, 19).
- IANNI, O. **O Estado e o desenvolvimento econômico no Brasil**. 1964. Tese (Cátedra) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Retratos do Brasil, 70).
- IANNI, O. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da estrutura no Brasil meridional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989a
- IANNI, O. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3.ed.revista e aument. São Paulo: Ática, 1989b.
- IANNI, O. **A idéia do Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. 1999. 271f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira 1933-1974**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 2000.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.50, p.91-8, 1998.

SILVA, L. F. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo de “O Capital”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.3, p.71-86, 1997.

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva. In: AGGIO, A **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.53, p.33-47, 1999.